



## TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO Nº 48051.000093/2020-55**

### Histórico de revisões

Data	Versão	Descrição	Autor(es)
22/05/2020	1.0	Finalização da 1ª versão do documento	Marcio Leal
27/05/2020	2.0	Inclusão do Anexo II, com endereços de entrega por item	Marcio Leal / Alvaro Barbosa
25/11/2020	3.0	Alteração de quantidades e forma de contratação	Equipe de Planejamento da Contratação

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos visando ampliação de solução de telefonia implantada na Sede da Agência Nacional de Mineração (ANM), localizada em Brasília-DF, com a finalidade de integrar todas as suas Unidades Regionais no País, inclusive instalação e configuração, bem como a contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e programação em central telefônica IP/TDM OmniPCX Enterprise, seus periféricos e softwares, inclusive peças de reposição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento.

### 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Contratação de solução nacional de telefonia digital integrada, utilizando-se para isso da central telefônica OmniPCX Enterprise Alcatel-Lucent implantada na Sede da ANM em Brasília/DF, visando a composição de um novo sistema de comunicação único entre todas as demais Unidades Regionais distribuídas no país, através da aquisição e instalação de terminais telefônicos IP's, equipamentos de interconexão e softwares de gestão, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de programação do ambiente e seus componentes estruturantes.

2.2. A ideia principal é substituir os atuais subsistemas de telefonia analógica existentes nas Regionais, os quais possuem equipamentos com tecnologia defasada e incompatíveis com a central implantada na ANM/SEDE.

#### 2.3. Bens e Serviços que compõem a solução

2.3.1. Na tabela a seguir estão descritos, de forma resumida, os bens necessários à ampliação da solução de telefonia integrada e os serviços de manutenção da central telefônica IP/TDM existente.

GRUPO	Item	Descrição do bem ou serviço	Código CATMAT/CATSER	Métrica ou	Quantidade
-------	------	-----------------------------	-------------------------	---------------	------------

				unidade	
<b>1</b>	1	Software de Gerenciamento da Central Telefônica OmniPCX Enterprise	BR0111490	Unidade	02
	2	Bastidor Remoto	BR0012947	Unidade	10
	3	Licença de ramal IP	BR0043915	Unidade	850
	4	Terminal Telefônico IP – Tipo I	BR0043915	Unidade	765
	5	Terminal Telefônico IP – Tipo II	BR0043915	Unidade	85
	6	Fonte de alimentação externa para terminal telefônico IP	BR0043915	Unidade	850
<b>2</b>	7	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e equipamentos, atualização de software (firmware) com pacote SPS - Solution Premier Service em central telefônica Alcatel-Lucent, modelo OmniPCX Enterprise	27120	Meses	12

2.3.2. As quantidades de equipamentos a serem adquiridos e dos serviços a serem prestados estão detalhadas no quadro abaixo, distribuídos por localidade de entrega, instalação e execução.

Ordem	Local	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Item 6	Item 7
1	São Luís-MA	-	-	-	11	1	12	-
2	Manaus-AM	-	-	-	20	1	21	-
3	Palmas-TO	-	-	-	11	1	12	-
4	Recife-PE	-	-	-	37	1	38	-
5	Florianópolis-SC	-	1	-	34	4	38	-
6	Belém-PA	-	1	-	51	5	56	-
7	Fortaleza-CE	-	-	-	30	4	34	-
8	Rio de Janeiro-RJ	-	1	-	38	4	42	-
9	Porto Alegre-RS	-	-	-	23	3	26	-
10	Belo Horizonte-MG	-	2	-	89	9	98	-
11	Aracaju-SE	-	-	-	11	1	12	-
12	Boa Vista-RR	-	-	-	8	1	9	-
13	Salvador-BA	-	1	-	34	4	38	-
14	Curitiba-PR	-	-	-	24	1	25	-
15	Porto Velho-RO	-	-	-	8	1	9	-
16	Maceió-AL	-	-	-	12	1	13	-
17	Campina Grande-PB	-	-	-	23	1	24	-
18	Campo Grande-MS	-	-	-	15	1	16	-
19	Teresina-PI	-	-	-	8	1	9	-
20	Vitória-ES	-	-	-	40	3	43	-
21	Goiânia-GO	-	1	-	59	9	68	-
22	São Paulo-SP	-	1	-	34	9	43	-
23	Natal-RN	-	-	-	23	1	24	-

24	Cuiabá-MT	-	-	-	32	3	35	-
25	Brasília-DF	2	2	850	90	15	105	12
	<b>TOTAIS</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>850</b>	<b>765</b>	<b>85</b>	<b>850</b>	<b>12</b>

2.3.3. O quantitativo foi obtido a partir do registro de necessidades feitos por todas as Unidades da ANM através do processo administrativo interno que dá origem à este processo de contratação.

### 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Contextualização e justificativa da contratação

3.1.1. A mudança das características da autarquia historicamente responsável pela gestão dos bens minerais brasileiros traz consigo diversas alterações nas mecânicas de trabalho, dentre as quais pode-se destacar a necessidade de otimizar os custos nas unidades regionais da Autarquia, buscando a uma maior eficiência na execução do orçamento público.

3.1.2. Nesse sentido a Superintendência de Administração e Finanças demandou à Gerência de TI um pedido para realização de estudo e posterior contratação de uma solução nacional de telefonia integrada, utilizando-se para isso da central telefônica IP/TDM recentemente adquirida para a unidade Sede (Maio/2019) e uma nova aquisição de equipamentos telefônicos IPs para todas as unidades regionais.

3.1.3. A contratação a ser realizada através desse termo de referência deve caracterizar-se por:

- a) Eliminação da necessidade de aquisição e manutenção das centrais telefônicas nas unidades regionais da ANM;
- b) Ampliar a solução de telefonia IP/TDM atualmente existente na ANM possibilitando a ligação "ramal-a-ramal" entre todas as unidades geograficamente distantes da Autarquia.
- c) Eliminação da necessidade de contratos locais com operadoras de telefonia, visto que com a solução aqui proposta a ideia é de se utilizar dos links MPLS já existentes em todas as unidades regionais para também o tráfego de voz (conforme testes realizados com sucesso durante o Estudo Técnico Preliminar desta contratação);
- d) Fornecimento de todos os aparelhos telefônicos digitais "VoIP", com recursos adicionais de tecnologia, para todas as unidades regionais da Autarquia.

3.1.4. Por tratar-se de ações de composição para ampliação de uma solução de telefonia integrada, em conjunto com uma estrutura física existente e o processo de remodelação da estrutura regimental da Autarquia, se faz necessário a referida contratação, visando a modernização tecnológica e ampliação do sistema de telefonia, com aquisição de software de gestão do ambiente, compatível com o equipamento em operação na ANM/SEDE, marca Alcatel-Lucent, modelo OmniPCX Enterprise, com fornecimento de licenças e aparelhos telefônicos IP, incluindo os serviços de instalação, configuração e testes, conforme especificações, detalhamentos e condições constantes neste Termo de Referência e seus Anexos, sendo esta a melhor maneira de aprovisionar os meios para satisfazer a demanda necessária repassada pela área requisitante.

#### 3.2. Alinhamento aos instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO	
ID	Objetivo(s) Estratégico(s)
1	INOVAÇÃO - Criar uma realidade educativa de ruptura cultural, introduzindo a necessidade de acompanhar e incorporar novas práticas e tecnologias em nossas ações e processos visando a eficiência, transparência e participação da sociedade.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2017-2020			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC Associada
1	Renovar Infraestrutura da Sede	1	Iniciativas estruturantes: criam as condições estruturais básicas para que novas iniciativas sejam, apoiadas nestas, elaboradas e colocadas em práticas
2	Renovar Infraestrutura das Superintendências		

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item(s) no PGC	Descrição(s)
404 a 410	Contratação de telefonia centralizada objetivando atender todas as unidades da ANM no país

### 3.3. Classificação dos bens e serviços

3.3.1. Os bens e serviços objeto da contratação são de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, consoante a definição do Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei 10.520, de 2002, havendo no mercado nacional diversidade de revendedores, integradores e credenciadas que atendem as necessidades demandadas pela ANM no presente processo.

3.3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta

### 3.4. Parcelamento da solução de TIC

3.4.1. Visto tratar-se da expansão de solução de telefonia digital implantada na Sede do órgão Contratante, será utilizado o agrupamento de itens dado a diversidade de equipamentos necessários para compor uma solução deste tipo e, também, para que não haja prejuízo do conjunto da solução existente, de forma que seja mantida a homogeneização das marcas dos equipamentos visando uma melhor gestão manutenção e treinamento, e por fim, para que seja mantida a padronização da instituição.

3.4.2. O grupo 1 é composto dos equipamentos que compõem as variadas partes da solução (gateway, terminais telefônicos, licenças e softwares de gestão) do sistema de telefonia instalada e disponível na sede da Agência. O grupo 2 contempla os serviços de manutenção preventiva e corretiva.

3.4.3. Ademais, o parcelamento da solução em 2(dois) grupos objetiva aproveitar os recursos disponíveis no mercado, viabilizando a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, ampliando a competitividade sem perda de economia de escala.

### 3.5. Resultados e benefícios a serem alcançados

- 3.5.1. Redução de custos operacionais com os serviços de telefonia fixa, a nível nacional.
- 3.5.2. Implementação de recursos tecnológicos adicionais ao serviço de telefonia fixa.
- 3.5.3. Redução de contratos administrativos de serviços de telefonia pública em todas as unidades ANM.

#### **4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Requisitos de Sustentabilidade ambiental**

- 4.1.1. Consoante art. 5º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG:
  - 4.1.1.1. Os bens deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
  - 4.1.1.2. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
  - 4.1.1.3. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre estas exigências.

##### **4.2. Requisitos de Arquitetura Tecnológica (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS BENS E SERVIÇOS)**

- a) Todos os equipamentos e respectivos acessórios especificados deverão ser novos, estarem em linha de produção do fabricante e em perfeitas condições para sua instalação e operação imediata.
- b) Não serão aceitos produtos e equipamentos descontinuados pelo respectivo fabricante. Deverá ser fornecido garantia total do fabricante do equipamento, conforme prazos estabelecidos a seguir.

##### **4.3. GRUPO 1: ITEM 1 – SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DA CENTRAL TELEFÔNICA OMNIPCX ENTERPRISE**

- 4.3.1. Sistema de Gerenciamento:
  - 4.3.1.1. Software OmniVista 8770 contendo a licença para Software de Tarifação Web.
  - 4.3.1.2. Sem limitação de sites.
  - 4.3.1.3. Interface Web;
  - 4.3.1.4. Deve ser fornecido um sistema de gerenciamento e manutenção centralizado, baseado em software sob plataforma de servidor padrão de mercado, que permita gerenciar todos os elementos do sistema de comunicação Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise.
  - 4.3.1.5. Deve ser fornecido um servidor dedicado para este sistema de administração.

- 4.3.1.6. Deve fornecer um cliente baseado em GUI (Graphical User Interface), bem como interface baseada em web para permitir que o administrador gerencie a solução de qualquer PC através de um navegador web.
- 4.3.1.7. Deve utilizar arquitetura cliente/servidor permitindo diferentes administradores se conectarem ao sistema.
- 4.3.1.8. Não deve ser necessário um PC dedicado para a instalação da aplicação cliente.
- 4.3.1.9. Deve permitir a instalação da aplicação cliente, se necessário, no mesmo servidor do sistema de gerenciamento e manutenção.
- 4.3.1.10. Deve permitir, inicialmente, a conexão de 1 (um) administrador podendo ser ampliado, através de licenciamento, para até 30 (trinta) administradores de forma simultânea.
- 4.3.1.11. Deve permitir a criação de diversos logins de administradores, cada um com um perfil determinado para acesso à ferramenta de gerenciamento e manutenção.
- 4.3.1.12. Deve permitir integração com servidores RADIUS para autenticação dos administradores do sistema.
- 4.3.1.13. Deve permitir a configuração de um único 'token' por login para evitar que um mesmo administrador inicie diversas sessões de acesso ao sistema.
- 4.3.1.14. Deve permitir a configuração do prazo de validade das senhas de administrador, informado no momento do login que a senha expirará além de permitir a mudança da senha.
- 4.3.1.15. Deve possuir análise de sintaxe da senha para evitar, por exemplo, que se cadastre uma senha que tenha o mesmo nome do login.
- 4.3.1.16. Deve possuir histórico de senhas para prevenir a reutilização de uma senha já utilizada.
- 4.3.1.17. Deve permitir a ativação futura de sistema de alta disponibilidade do sistema de gerenciamento e manutenção com a duplicação do servidor em modo hot stand-by.
- 4.3.1.18. Deve permitir a atualização da versão do sistema de comunicação IP, bem como a instalação de patches de correção de forma centralizada.
- 4.3.1.19. O processo de atualização do sistema de comunicação IP deve ser possível de forma individual ou através de lotes.
- 4.3.1.20. As configurações de usuário do sistema de comunicação IP e dos gateways de voz devem ser realizadas através desta interface gráfica unificada.
- 4.3.1.21. A aplicação de configuração deverá ter as seguintes facilidades:

- a) Permitir a criação/exclusão de usuários, individualmente e em massa.

- b) Permitir a modificação de configuração de usuários.
  - c) Permitir a visualização das configurações realizadas no terminal dos usuários, como teclas de funções programadas e demais facilidades.
- 4.3.1.22. Configuração de usuários e troncos, bem como todas as regras de roteamento de chamadas, rotas de menor custo, privilégios de usuários e todo tipo de configuração passível aos elementos do sistema.
- 4.3.1.23. Criação/exclusão de gateways de voz, bem como configurações sobre as interfaces dos gateways.
- 4.3.1.24. Agendamento de rotinas de backup automáticas dos sistemas.
- 4.3.1.25. Módulo de Auditoria/Inventário:
- a) Deve registrar todas as operações realizadas no sistema de gerenciamento e manutenção de forma centralizada.
  - b) Deve armazenar as informações como ID da CPU, versão, localidade, tipo de gateway e sua localização, localização das placas nos gateways, dispositivos telefônicos por site e seu número de série.
  - c) Deve possibilitar a configuração de até 6 campos de dados de inventário customizáveis pelo administrador de acordo com a necessidade.
  - d) Deve armazenar os dados em uma base de dados interna, permitindo a consulta destas informações por outros módulos do sistema de gerenciamento e manutenção.
- 4.3.1.26. Deve registrar, pelo menos, as seguintes ações:
- a) Data e hora da operação.
  - b) Criar, deletar e modificar algum parâmetro.
  - c) Objetos envolvidos tais como, usuário, sistema, placa, rota de menor custo, etc.
- 4.3.1.27. Protocolo utilizado no acesso administrativo.
- 4.3.1.28. Deve permitir a geração de relatórios totais e detalhados de todas as ações registradas.
- 4.3.1.29. Módulo de Alarmes:
- a) Deve permitir gestão de falhas e alarmes de todos os componentes e proporcionar relatórios de falhas geradas pelo sistema. Deverá informar data, hora, nível de gravidade e ações recomendadas a serem tomadas para cada alarme gerado.
  - b) Deve possuir e permitir a centralização dos alarmes e eventos do sistema, e atender as características abaixo:

- c) Atribuir cores de acordo com o nível de gravidade do alarme.
- d) Notificar um alarme dependendo do nível de gravidade enviando um e-mail ou ativando um script que executa uma ação específica.
- e) Registrar e gerar estatísticas para os alarmes e eventos na rede em um plano de tempo.
- f) Deve gerar relatórios e gráficos sobre as estatísticas dos alarmes e seu tempo de resolução correspondente.
- g) Deve oferecer uma aplicação que centralize os alarmes e eventos de comunicação relevantes do sistema, bem como qualquer gerado pelo próprio servidor de gerenciamento. Estes eventos devem ser filtrados e apresentados em tempo real, de acordo com as necessidades do administrador.
- h) No caso de um alarme mais grave, o sistema deve permitir o envio de um e-mail automaticamente para um ou mais administradores do sistema.
- i) Deve permitir a geração de relatórios totais e detalhados dos incidentes ocorridos no sistema, podendo serem exportados em diversos formatos (TXT, HTML, PDF e XLS).

4.3.1.30. Módulo de Performance:

- a) Deve realizar a análise das chamadas IP verificando o áudio e a sinalização das chamadas.
- b) Deve possuir indicadores de qualidade das chamadas IP.
- c) Deve coletar as informações dos componentes de voz tais como unidades de processamentos, bastidores remotos e telefones IP relativas às estatísticas VoIP.
- d) Deve coletar informações relativas aos processos, uso de CPU, de memória e de disco.
- e) Deve coletar as seguintes informações relativas à VoIP:
- f) Qualidade de Serviço médio
- g) Tempo médio das chamadas.
- h) MOS (Mean Opinion Score) médio e mínimo.
- i) Perda de pacotes médio e máximo.
- j) Atraso (delay) médio e máximo.
- k) Deve exibir de forma clara e intuitiva, através de ícones coloridos, o estado dos recursos como MOS, QoS, Disco, Erros, Congestionamento, etc. com níveis de criticidade (ótimo, bom, regular, ruim, crítico, etc.).



l) Deve gerar os seguintes relatórios por horas, dias e semanas: Minutos de chamadas VoIP; Qualidade do VoIP; MOS médio; Perda de pacotes; Jitter; Delay.

4.3.1.31. Deverá ser fornecido o módulo de Accounting e Meeting, liberando funções de bilhetagem e tarifação centralizada.

4.3.1.32. Incluso o fornecimento do Servidor, com licenciamento do Windows 2016, para o Software de Tarifação WEB e do Sistema de Gerenciamento para Centrais Telefônicas.

4.3.1.33. Deverá ser ministrado treinamento técnico de operação e manutenção, conforme segue:

a) O treinamento será ministrado nas dependências da CONTRATANTE e deverá ser realizado imediatamente após a ativação do sistema.

b) O treinamento deverá englobar a capacitação e treinamento técnico para 04 (quatro) técnicos da CONTRATANTE, abrangendo entre outros aspectos: filosofia operacional, gerenciamento, descrição de funcionamento, instalação, operação e manutenção local e remota, programações e toda sorte de intervenções necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos cotados, abrangendo o nível básico, intermediário e avançado, com duração mínima de 20 horas e presencial.

c) A capacitação e treinamento deverão constar de parte teórica e prática.

d) Deverá ser ministrado por profissionais capacitados na solução ofertada.

e) Deverá ser gerado certificado de participação do treinamento para cada participante da CONTRATANTE.

f) O referido treinamento se dará no horário compreendido das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas.

g) O treinamento acima mencionado não deverá acarretar ônus adicionais de quaisquer espécies, como viagens, hospedagens, alimentação, etc. para a CONTRATANTE, ainda que haja necessidade de deslocamentos para outras unidades federativas.

h) No caso de julgamento não satisfatório do curso, a CONTRATANTE, fará nova solicitação de treinamento, a qual se dará totalmente por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais a CONTRATANTE, no tocante a estadias, passagens, despesa com alimentação e hotéis.

4.3.1.34. Ser fornecido com garantia total do fabricante da solução, de no mínimo 12 (doze) meses, incluindo atualizações de softwares e garantia completa do hardware do produto.

## 4.4.

**GRUPO 1: ITEM 2 – BASTIDOR REMOTO**

4.4.1. Media Gateway com CPU, da central telefônica marca ALCATEL LUCENT modelo OmniPCX Enterprise com capacidade mínima obrigatória:

- 4.4.1.1. 01 bastidor remoto com CPU.
- 4.4.1.2. 01 licença para criptografia.
- 4.4.1.3. 02 troncos digitais E1 R2.
- 4.4.1.4. 08 troncos analógicos.
- 4.4.1.5. Correio de voz para todos os ramais.
- 4.4.1.6. Facilidade de comunicação por VOIP através de porta específica para interligar o PABX IPTDM a rede local.
- 4.4.1.7. Sistema de gerenciamento centralizado e integrado com o PABX IP-TDM da CONTRATANTE.
- 4.4.1.8. Integração via VOIP com o PABX IP-TDM da CONTRATANTE.
- 4.4.1.9. O equipamento deverá permitir ampliação para no mínimo 500 ramais.
- 4.4.1.10. Facilidades do sistema mínimas obrigatórias:
  - a) Ramais, linhas-tronco.
  - b) Programação protegida.
  - c) Atendedor automático digital.
  - d) Identificador de chamada.
  - e) Senha individual por usuário (mínimo de 6 dígitos).
  - f) Código de autorização, permitir a qualquer usuário utilizar qualquer ramal do sistema, mesmo que esteja bloqueado, utilizando sua senha pessoal.
  - g) Desvio de chamadas, possibilidade de transferir automaticamente as chamadas destinadas a ramais em caso de ocupado ou não atendimento (imediata ou temporizada) para ramais, grupos, correio de voz, telefonista, etc.
  - h) Grupos de ramais.
  - i) Não perturbe.
  - j) Pêndulo, permitir o atendimento alternado de duas (02) ligações.
  - k) Programas de observação de dados de tráfego.
  - l) Programa de sinalização de falhas.
  - m) Programação remota.
  - n) Os dados deverão ser armazenados em caso de falta de energia.
  - o) Categorização dos ramais.

p) Programação para bloqueios, via software, de DDI, DDR (discagem direta regional), DDD, chamadas a cobrar, cód. 200, 900, 0300, 0500, 0800, 0900, DDC, e celulares.

q) Bilhetagem.

r) Tarifação.

s) Sigilo total interno.

t) Toques diferenciados das chamadas internas e externas.

u) Proteção dos troncos e ramais.

v) Discagem inteligente.

w) Consulta.

x) Transferência.

y) Chamada em espera.

z) Captura de chamada.

aa)Siga-me.

ab)Conferência entre ramais ou troncos.

ac)Chefe-secretária.

ad)Cadeado eletrônico.

ae)Serviço noturno.

af)Atividades de programação e supervisão das facilidades do sistema através do microcomputador.

ag)Discagem direta a ramal, através de todas as linhas do tipo tronco unidirecional de entrada.

ah)Utilização indistinta de telefones digitais e analógicos decádicos ou multifrequênciais, inclusive para o modo VOIP.

ai) Utilização de aparelhos de fac-símile, diretamente na PABX IP-TDM, sem necessidade de interfaces internas ou externas ao equipamento.

aj) Busca por rota de menor custo: entende-se por rota de menor custo o acesso externo por diferentes operadoras de forma automática, ou seja, o usuário não precisa selecionar a operadora, desde que esta esteja cadastrada na PABX IP-TDM. No caso de chamadas para celulares, a PABX IP-TDM deverá desviar as chamadas para um banco de celulares correspondente a melhor rota de saída de acordo com o número do celular chamado. No caso de chamadas entre as unidades da CONTRATANTE, o sistema deverá encaminhar a chamada via rede de dados do mesmo.

ak) Os equipamentos deverão trazer incorporada, a facilidade de gerenciamento e manutenção através de porta ethernet ou fast-ethernet.

4.4.1.11. Facilidades de ramais:

- a) Chamada para telefonista.
- b) Interligação automática entre ramais.
- c) Interligação da rede pública com os ramais e vice-versa, segundo suas classes de serviço.
- d) Chamada de retorno automático para ligações ramal a ramal, e ramal tronco de saída.
- e) Discagem abreviada individual que permita os ramais especialmente habilitados efetuar ligações locais, nacionais ou internacionais, pela discagem de, no máximo três dígitos, para um determinado número de destinatário.
- f) Intercalação pela telefonista com sinalização acústica.
- g) As informações apresentadas nos displays deverão ser em português.
- h) Identificador de chamadas.

4.4.1.12. Deverá ser realizada a instalação de sistema de alimentação com banco de baterias com autonomia mínima de 02 horas em caso de falta de energia elétrica, conforme segue:

- a) Deve ser fornecido e instalado um sistema de suprimento de energia elétrica para a PABX IPTDM em caso de falta de energia AC, este sistema poderá ser um No Break com entrada de 110/220VCA.
- b) Sistema de suprimento de energia elétrica deve ser modular, de modo que permita a instalação em quantidades que atendam o consumo inicial da PABX IP-TDM e recarga das respectivas baterias, bem como permitam o acréscimo de módulos para atendimento de expansões da capacidade de consumo da PABX IP-TDM e respectivas baterias.
- c) Conjunto de baterias deve garantir, no caso de falha no fornecimento de energia em corrente alternada, a operação do equipamento por 02 (duas) horas ininterruptas, supondo-se a descarga correspondente à da hora de maior movimento (HMM) da PABX IP-TDM.

4.4.1.13. Sistema de suprimento de energia elétrica, inclusive baterias, deve ser dimensionado de acordo com o sistema e para as capacidades iniciais das PABX IP-TDM.

4.4.1.14. Todo o sistema de suprimento de energia elétrica deve ter proteção efetiva contra sobretensões e sobrecorrentes.

4.4.1.15. Todos os equipamentos energizados devem ser conectados aos sistemas de aterramento a ser instalado com resistência máxima de 10Ω (dez ohms).

4.4.1.16. Os bastidores remotos deverão ser entregues em conjunto com os gateways adicionais, sendo que cada gateway comportará 2 troncos E1, 4 troncos analógicos e demais licenças necessárias para a sua funcionalidade nas demais unidades regionais da ANM. Os gateways adicionais serão entregues e instalados após o fornecimento integral dos bastidores remotos;

4.4.1.17. Deverá ser entregue a documentação técnica das instalações realizadas, conforme segue:

a) A documentação técnica e operacional do equipamento deverá ser entregue juntamente com o equipamento e deverá conter todas as informações técnicas, descrição de circuitos, modos de configuração, programação em qualquer tipo de ambiente tecnológico, (voz, voip, web, lan, operações remotas, etc) finalidade de cada placa ou circuito no contexto do projeto do PABX IP-TDM, formas de interligação, rotinas de manutenção, diagramas em blocos e detalhamentos dos circuitos eletrônicos bem como todas as informações que forneçam subsídio para intervenções técnicas para reparos de defeitos ou falhas diversas.

b) Será considerado como parte integrante da documentação técnica: Os softwares necessários às programações, com os seus respectivos CD's originais, bem como os manuais de utilização desses; Manuais de ajustes e demais intervenções técnicas; Manuais de configurações e toda sorte de inter-relacionamento entre homem e máquina que se possa fazer via terminal de computador.

c) Todos os softwares mencionados na presente especificação deverão ser entregues juntamente com todas as documentações da PABX IP-TDM e dos seus componentes diretos e indiretos.

4.4.1.18. Deverá ser ministrado treinamento técnico de operação e manutenção, conforme segue:

a) O treinamento será ministrado nas dependências da CONTRATANTE e deverá ser realizado imediatamente após a ativação do sistema.

b) O treinamento deverá englobar a capacitação e treinamento técnico para 04 (quatro) técnicos da CONTRATANTE, abrangendo entre outros aspectos: filosofia operacional, gerenciamento, descrição de funcionamento, instalação, operação e manutenção local e remota, programações e toda sorte de intervenções necessárias ao perfeito funcionamento

dos equipamentos cotados, abrangendo o nível básico, intermediário e avançado, com duração mínima de 20 horas e presencial.

c) A capacitação e treinamento deverão constar de parte teórica e prática.

d) Deverá ser ministrado por profissionais capacitados na solução ofertada.

e) Deverá ser gerado certificado de participação do treinamento para cada participante da CONTRATANTE.

f) O referido treinamento se dará no horário compreendido das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 18:00 horas.

g) O treinamento acima mencionado não deverá acarretar ônus adicionais de quaisquer espécies, como viagens, hospedagens, alimentação, etc. para a CONTRATANTE, ainda que haja necessidade de deslocamentos para outras unidades federativas.

h) No caso de julgamento não satisfatório do curso, a CONTRATANTE, fará nova solicitação de treinamento, a qual se dará totalmente por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais a CONTRATANTE, no tocante a estadias, passagens, despesa com alimentação e hotéis.

4.4.1.19. Acompanhar todos os possíveis acessórios, placas e/ou cabos para sua completa operação.

4.4.1.20. Todos os equipamentos e respectivos acessórios especificados deverão ser novos, estarem em linha de produção do fabricante e em perfeitas condições para sua instalação e operação imediata.

4.4.1.21. Não serão aceitos produtos e equipamentos descontinuados pelo respectivo fabricante.

4.4.1.22. Ser fornecido com garantia total do fabricante do equipamento, de no mínimo 12 (doze) meses, incluindo atualizações de softwares e garantia completa do hardware do produto.

#### 4.5. **GRUPO 1: ITEM 3 – LICENÇA DE RAMAL IP**

4.5.1. Licença para aparelhos IP com protocolo proprietário Alcatel-Lucent compatível com a PABX IP atual, incluindo a instalação.

4.5.2. Ser fornecido com garantia total do fabricante do equipamento, de no mínimo 12 (doze) meses, incluindo possíveis atualizações de softwares.

#### 4.6. **GRUPO 1: ITEM 4 – TERMINAL TELEFÔNICO IP – TIPO I**

4.6.1. Terminal Telefônico IP com as seguinte características:

4.6.1.1. Deve ser do mesmo fabricante do sistema de telefonia IP;

- 4.6.1.2. Compatível com os itens 1, 2 e 3;
- 4.6.1.3. Display de 2,4 polegadas;
- 4.6.1.4. Tela gráfica monocromática de 64x128 pixels, com tamanho da área de exibição 54,8 x 28,5 mm;
- 4.6.1.5. 4 (quatro) teclas programáveis;
- 4.6.1.6. Viva-voz e escuta amplificada, com controle de volume;
- 4.6.1.7. Acesso direto a caixas de mensagem de texto voz, com indicador luminoso de sinalização de mensagem;
- 4.6.1.8. Teclas Sigilo (Mute) e Rediscar (Redial);
- 4.6.1.9. QoS (interno no terminal e prioritário para sinal de voz);
- 4.6.1.10. Marcação de quadro nível de voz 2 802.3 p/Q e nível 3 ToS/DiffServ;
- 4.6.1.11. Recuperação transparente de quadros pelo PC associado (não pelo terminal);
- 4.6.1.12. Atribuição fixa ou dinâmica de endereços IP pelo cliente DHCP;
- 4.6.1.13. Compatibilidade com AES, SIP TLS e SRTP para aplicações de criptografia de sinalização e voz através da solução IP Touch Encryption e SBC;
- 4.6.1.14. Deve ser compatível com o protocolo 802.1x (MD5) para autenticação;
- 4.6.1.15. Suportar os seguintes codecs para compressão de áudio: G.711, G.723.1 e G729A/B;
- 4.6.1.16. Compatibilidade com aplicações XML;
- 4.6.1.17. Compatibilidade com protocolo LLDP-MED para PoE e Associação e VLAN;
- 4.6.1.18. Suportar criptografia de sinalização e voz;
- 4.6.1.19. Suportar padrão 802.3az
- 4.6.1.20. Possuir 2 Portas Ethernet Gigabit 10/100/1000 Auto-sensing, sem adaptadores externos, para conexão de PC e LAN;
- 4.6.1.21. Possibilitar a alimentação remota padrão PoE (802.3af), no máximo consumo classe 1, assim como permitir também uso de fonte de alimentação externa 120/220 VAC.
- 4.6.1.22. Acompanhar todos os possíveis acessórios, placas e/ou cabos para sua completa operação.
- 4.6.1.23. Todos os equipamentos e respectivos acessórios especificados deverão ser novos, estarem em linha de produção do fabricante e em perfeitas condições para sua instalação e operação imediata.
- 4.6.1.24. Não serão aceitos produtos e equipamentos descontinuados pelo respectivo fabricante.

4.6.1.25. Ser fornecido com garantia total do fabricante do equipamento, de no mínimo 12 (doze) meses, incluindo possíveis atualizações de softwares e garantia completa do hardware do produto.

#### 4.7.

##### **GRUPO 1: ITEM 5 – TERMINAL TELEFÔNICO IP – TIPO II**

##### 4.7.1. Terminal Telefônico IP com as seguintes características:

- 4.7.1.1. Deve ser do mesmo fabricante do sistema de telefonia IP;
- 4.7.1.2. Compatível com os itens 1, 2 e 3;
- 4.7.1.3. Display de 2,8 polegadas;
- 4.7.1.4. Tela gráfica monocromática de 64x128 pixels, luz de fundo branca com tamanho efetivo da área de exibição 64 x 32 mm;
- 4.7.1.5. Tela com fonte proporcional;
- 4.7.1.6. 6 teclas dinâmicas físicas;
- 4.7.1.7. Tela com ângulo ajustável;
- 4.7.1.8. Ajuste de contraste;
- 4.7.1.9. Botões de navegação com teclas de saída e validação, para navegação na interface gráfica;
- 4.7.1.10. Teclas programáveis e sensíveis a contexto para acesso direto às funções;
- 4.7.1.11. Monofone confortável com alta qualidade de áudio;
- 4.7.1.12. Viva-Voz full duplex e modos de escuta em grupo;
- 4.7.1.13. Teclado alfabético integrado para acessar a discagem pelo nome, mensagem de texto, etc;
- 4.7.1.14. Acesso direto a caixas de mensagem de texto voz, com indicador luminoso de sinalização de mensagem;
- 4.7.1.15. Sigilo (Mute);
- 4.7.1.16. Rediscagem;
- 4.7.1.17. Tecla de mensagem com indicador luminoso;
- 4.7.1.18. Tomada específica para headset de 3,5mm, com detecção de presença para headset em uso;
- 4.7.1.19. Possibilidade de agregar módulos de teclas adicionais com capacidade de expansão para até 50 teclas (incluindo sinalização através de ícone em LCD, para cada tecla).
- 4.7.1.20. Facilidade de bloqueio do teclado;
- 4.7.1.21. QoS (interno no terminal e prioritário para sinal de voz);
- 4.7.1.22. Marcação de quadro nível de voz 2 802.3 p/Q e nível 3 ToS/DiffServ;
- 4.7.1.23. Recuperação transparente de quadros pelo PC associado (não pelo terminal);



- 4.7.1.24. Atribuição fixa ou dinâmica de endereços IP pelo cliente DHCP;
- 4.7.1.25. Compatibilidade com AES, SIP TLS e SRTP para aplicações de criptografia de sinalização e voz através da solução IP Touch Encryption e SBC;
- 4.7.1.26. Deve ser compatível com o protocolo 802.1x (MD5) para autenticação;
- 4.7.1.27. Suportar os seguintes codecs para compressão de áudio: G.711, G.723.1 e G729A/B;
- 4.7.1.28. Compatibilidade com aplicações XML;
- 4.7.1.29. Compatibilidade com protocolo LLDP-MED para PoE e Associação e VLAN;
- 4.7.1.30. Suportar criptografia de sinalização e voz;
- 4.7.1.31. Suportar padrão 802.3az
- 4.7.1.32. Possuir 2 Portas Ethernet Gigabit 10/100/1000 Auto-sensing, sem adaptadores externos, para conexão de PC e LAN;
- 4.7.1.33. Possibilitar a alimentação remota padrão PoE (802.3af), no máximo consumo classe 1, assim como permitir também uso de fonte de alimentação externa 120/220 VAC.
- 4.7.1.34. Acompanhar todos os possíveis acessórios, placas e/ou cabos para sua completa operação.
- 4.7.1.35. Todos os equipamentos e respectivos acessórios especificados deverão ser novos, estarem em linha de produção do fabricante e em perfeitas condições para sua instalação e operação imediata.
- 4.7.1.36. Não serão aceitos produtos e equipamentos descontinuados pelo respectivo fabricante.
- 4.7.1.37. Ser fornecido com garantia total do fabricante do equipamento, de no mínimo 12 (doze) meses, incluindo possíveis atualizações de softwares e garantia completa do hardware do produto.

#### 4.8. **GRUPO 1: ITEM 6 – FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA PARA TERMINAL TELEFÔNICO IP**

- 4.8.1. Serão utilizadas quando o terminal telefônico IP não for alimentado via POE (power over ethernet).
- 4.8.2. Deverá ser do mesmo fabricante dos terminais telefônicos IP especificados neste termo de referência.
- 4.8.3. Deverá ser externa tipo chaveada com entrada 100~240VAC e saída 44VDC com no mínimo 150mA.
- 4.8.4. Ser fornecido com garantia total do fabricante do equipamento, de no mínimo 12 (doze) meses.

#### 4.9. **GRUPO 2: ITEM 7 – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE (FIRMWARE) COM PACOTE SPS - SOLUTION**

**PREMIER SERVICE EM CENTRAL TELEFÔNICA ALCATEL-LUCENT, MODELO OMNIPCX ENTERPRISE****4.9.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA ANM:**

4.9.1.1. Central Telefônica, marca Alcatel-Lucent, instalada no Ed. Sede da Agência Nacional de Mineração - ANM, em Brasília-DF, com as seguintes características:

- a) Modelo: OmniPCX Enterprise;
- b) Licenciada em 200 ramais IPs;
- c) Troncos E1 de 30 canais: 02 unidades;
- d) Aparelhos IP Alcatel-Lucent modelo 8018: 188 unidades;
- e) Aparelho IP Alcatel-Lucent modelo 8028: 12 unidades;
- f) Além daqueles constantes no Grupo 1, objeto de aquisição deste certame, que deverão ser assumidos pela licitante vencedora do Grupo 2, após o término do prazo de garantia de 12 meses, de responsabilidade do fabricante.

**4.9.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:**

4.9.2.1. Garantir o fornecimento, manutenção e evolução de software abrangentes, um diagnóstico rápido e solução para problemas críticos, além de pronta disponibilidade de upgrades, atualizações e patches através do SPS - Solution Premier Service;

4.9.2.2. A manutenção corretiva: consiste na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças, componentes e equipamentos que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

4.9.2.3. A manutenção preventiva: conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação executadas e desenvolvidas com programação antecipada, efetuada mensalmente através de inspeção sistemática, para detecção de problemas e tomada de medidas necessárias para evitar falhas, com o objetivo de manter os equipamentos e sistemas em condições de operar dentro das especificações do fabricante. Serão englobados, dentre essas atividades preventivas:

- a) Backup da base de dados de todos os sites;
- b) Teste do acesso remoto com a equipe de Brasília;
- c) Verificação do armazenamento dos bilhetes de tarifação, quando for o caso;
- d) Verificação das placas em serviço;
- e) Teste das rotas conectadas a operadora;
- f) Teste de comunicação entre os sites;
- g) Análise dos incidentes do PABX;

- h) Verificação da tensão do retificado (Equipamento responsável pela alimentação dos gabinetes do PABX);
- i) Verificação da sincronização da base de dados entre as cpu's.
- j) Atualização do Backup do sistema;
- k) Atualização de versão do firmware da central e equipamentos correlatos sempre que o fabricante disponibilizar uma nova versão/release suportada pelas CPUs atuais do sistema, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem custo para o CONTRATANTE;
- l) A manutenção corretiva deverá ser realizada por intermédio de técnico especializado com sistema de visita técnica solicitada pelo Setor de Telefonia, que terão como objetivo o reparo das avarias apresentadas pelo equipamento.

4.9.2.4. São, ainda, atribuições do técnico:

- a) Programação dos dados da central telefônica;
- b) Reprogramação dos dados da central telefônica;
- c) Configuração da central telefônica;
- d) Treinamento de usuários para uso dos equipamentos;
- e) Atualização dos dados;
- f) Consultoria com sugestão de soluções e melhorias;
- g) Gerenciamento de central telefônica, exceto manutenção de redes de cabos e fios.

4.9.2.5. Os serviços de manutenção da CPCT - Central Privada de Comunicação Telefônica devem ser prestados presencialmente, nos locais onde a CPCT está instalada, ou remotamente.

4.9.2.6. A Contratada deve possuir ponto de acesso (número telefônico) para registro de incidentes com a CPCT. Este acesso deverá estar disponível ainda para esclarecimentos de dúvidas e realização de apoio nas operações do Contratante.

4.9.2.7. Se algum equipamento/aparelho tiver que ser retirado para reparo a CONTRATADA deverá deixar como empréstimo um equipamento/aparelho semelhante para que não ocorra paralisação dos serviços até a devolução desse equipamento/aparelho ao CONTRATANTE;

4.9.2.8. Os serviços de manutenção deverão ser prestados entre 08h e 18h, de segunda a sexta-feira, e eventualmente em finais de semana e feriados com agendamento prévio junto ao Contratante e aberturas de chamado técnico, em caso de falha nos equipamentos.

4.9.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.9.3.1. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras, falhas e defeitos no desempenho ou nas peças dos equipamentos, conservando

os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas e consiste na verificação periódica e obrigatória do estado de conservação e do funcionamento da instalação da Central Telefônica e seu consequente reparo, de modo a mantê-la em perfeito estado de operação, substituindo, quando houver necessidade, placas e/ou peças.

4.9.3.2. A Contratada deverá elaborar previamente rotina de testes, através dos quais serão detalhados os procedimentos a serem efetuados (inspeção, ajustes, testes e etc.) na ocasião da visita técnica. Tais rotinas serão realizadas em dias úteis, no horário de 08:00 às 18:00, através de visita mensal, previamente acordada com a ANM e independente de solicitação, e serão definidas na emissão da Ordem de Serviço;

4.9.3.3. As manutenções preventivas na central da ANM serão realizadas no local de instalação dos equipamentos, vedada a complementação das rotinas de manutenção preventiva mediante acesso remoto;

4.9.3.4. Para manutenção preventiva, a Contratada deve verificar as condições de funcionamento da Central Telefônica. Essa verificação seguirá as seguintes premissas:

- a) Devem ser realizados testes periódicos para identificação do nível de conservação do sistema em uso;
- b) A realização desses testes ocorrerá a cada 3 (três) meses, sempre acompanhada por servidor indicado pela ANM;
- c) A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante a opção de realização de suporte remoto para redução do tempo de inatividade do sistema.

#### 4.9.4. MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.9.4.1. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas e consiste na aplicação de medidas necessárias a corrigir falhas e defeitos que impedem ou dificultam o funcionamento da Central Telefônica, substituindo, quando necessário, placas e/ou peças por outras novas, de primeira utilização.

4.9.4.2. Dar-se-á por solicitação da ANM, através de contato com a central de Atendimento da Contratada, quando houver ocorrência de falhas ou defeitos que ensejam manutenção corretiva.

4.9.4.3. Serão realizadas nos 07(sete) dias da semana, no horário de 08:00 às 18:00 horas, no prazo de até 8 (oito) horas úteis após a solicitação.

4.9.4.4. Na hipótese de ocorrência das situações a seguir especificadas, a Contratada atenderá o chamado em REGIME

EMERGENCIAL, sendo que o atendimento ocorrerá em até 02 (duas) horas após a solicitação, extraordinariamente no horário de 00:01 às 24:00. Situações emergenciais configuram-se quando:

- a) A central telefônica não origina e não recebe chamadas internas e/ou externas;
- b) Há impossibilidade de transferência de chamadas entre os prédios da ANM, quando for o caso;
- c) As manutenções corretivas no PABX da Contratante poderão ser realizadas remotamente, a partir de Estação de Gerenciamento remoto instalada nas dependências da ANM.
- d) Para a manutenção corretiva, a Contratante poderá abrir chamados para a resolução pontual de problemas. Esses chamados seguirão as seguintes premissas:

- As visitas para a realização de manutenções corretivas deverão ser realizadas pela Contratada sempre que solicitadas pelo Contratante, sendo que deverá ser respeitado a prioridade descrita no item de "Acordo de Nível de Serviço".
- Para a realização de atendimento remoto, a Contratante disponibilizará acesso via conexão IP ou através de modem com linha de manutenção.
- O serviço de atendimento remoto deverá realizar análise, diagnóstico e solução de incidentes existentes na plataforma. Quando a resolução do problema assim necessitar, um técnico da empresa deverá ser encaminhado para manutenção presencial na ANM.
- A Contratada deverá respeitar, quando da realização de atendimento remoto, os mesmos prazos estabelecidos nos itens nos níveis 1, 2 e 3 do "Acordo de Nível de Serviço " para a solução dos problemas.

#### 4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. A CONTRATADA instalará, testará e ativará todos os equipamentos adquiridos nas localidades de entrega, conforme solicitados na "Ordem de Fornecimento de Bens/serviços" a ser emitido pela CONTRATANTE.

4.10.2. Fica a cargo da CONTRATANTE:

- a) Definir os locais de instalação dos equipamentos solicitados em cada localidade de entrega;
- b) Disponibilizar os pontos de cabeamento lógico UTP para ativação dos terminais telefônicos.

## 4.11.

**Requisitos de Garantia**

4.11.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.11.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.11.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.11.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.11.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

4.11.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

4.11.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.11.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.11.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.11.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.11.12. Os produtos descritos para o Grupo 1 deverão ter a garantia do fabricante com os prazos mínimos estabelecidos na tabela a seguir, a contar da data de entrega.

4.11.13. Os serviços descritos para o Grupo 2 deverão ter a garantia fornecida pela licitante contratada conforme prazo mínimo detalhado na tabela a seguir.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Garantia
-------	------	-----------	----------

			(meses)
1	1	Software de Gerenciamento da Central Telefônica OmniPCX Enterprise	12
	2	Bastidor Remoto	12
	3	Licença de ramal IP	12
	4	Terminal Telefônico IP – Tipo I	12
	5	Terminal Telefônico IP – Tipo II	12
	6	Fonte de alimentação externa para terminal telefônico IP	12
2	7	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e equipamentos, atualização de software (firmware) com pacote SPS - Solution Premier Service em central telefônica Alcatel-Lucent, modelo OmniPCX Enterprise	12

#### 4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Ver subitem [13.3](#) "Critérios de Habilitação e Qualificação".

### 5. RESPONSABILIDADES

#### 5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.9. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

5.1.10. Proceder à consulta ao SICAF antes de efetuar o pagamento;

5.1.11. Permitir acesso dos profissionais da contratada às suas dependências quando da prestação dos serviços;

5.1.12. Exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento do ambiente da ANM, de qualquer profissional e/ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, embarace a fiscalização ou, ainda, que venha a se

conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem delegadas.

#### ESPECÍFICAS PARA O GRUPO 1

##### 5.1.13. São obrigações da Contratante:

5.1.13.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.13.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.13.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.13.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.13.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### ESPECÍFICAS PARA O GRUPO 2

5.1.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.16. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.1.17. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.18. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

5.1.19. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.1.20. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.1.20.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.1.20.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;



5.1.20.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.1.21. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

5.1.22. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

5.1.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

5.1.24. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

5.1.25. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

### ESPECÍFICAS PARA O GRUPO 1

5.2.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2.9.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.2.9.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.2.10. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.11. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.2.12. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.13. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### ESPECÍFICAS PARA O GRUPO 2

5.2.14. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.15. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

5.2.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.2.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 5.2.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 5.2.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.2.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.2.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.2.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.2.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.2.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.27. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.2.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.30. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 5.2.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 5.2.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e

tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.2.35. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto na Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 2019:

5.2.35.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

5.2.35.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.2.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Rotinas de execução**

#### PARA O GRUPO 1

##### **6.1.1. Prazos de entrega:**

- a) O prazo de entrega dos equipamentos não poderá exceder a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento.
- b) A CONTRATADA instalará, testará e ativará os equipamentos, componentes e softwares no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia imediatamente posterior à data da entrega.
- c) A CONTRATADA será responsável por todos os custos como taxas, fretes, impostos e demais incidências relativas ao transporte dos equipamentos, materiais e ferramentas até os locais de instalação.

##### **6.1.2. Locais de entrega:**

- a) Os bens deverão ser entregues nos locais especificados no subitem 2.3.2 deste Termo de Referência.
- b) Os endereços da Sede da ANM e de suas Unidades podem ser consultados no link: [https://www.gov.br/anm/pt-br/composicao/copy\\_of\\_gerencias-regionais](https://www.gov.br/anm/pt-br/composicao/copy_of_gerencias-regionais)

#### **Sede da Agência Nacional de Mineração - ANM**

Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N  
CEP: 70040-020 - Brasília - DF  
Edifício CNC III, 8º andar, Ala Norte  
Telefones: (61)3312-6881 e (61) 3312-6859

**6.1.3. Condições de aceite:**

- a) Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso, em linha de fabricação. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração.
- b) Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas.
- c) Este órgão poderá efetuar consulta do número de série do equipamento, junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos.
- d) Este órgão também poderá efetuar consulta junto aos órgãos competentes para certificar a legalidade do processo de importação.
- e) O aceite do bem somente será dado após comprovação da entrega e o efetivo cumprimento de todas as exigências presentes na especificação técnica, inclusive treinamento.
- f) Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- g) O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- h) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- i) O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**6.1.4. Formas de transferência de conhecimento:**

- a) Somente será necessária a transferência de conhecimento para os itens que tenham tal requisito especificado no tópico "Requisitos de Arquitetura Tecnológica (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS BENS E SERVIÇOS)". Tais como itens 1, 2 e 7.

**6.1.5. Procedimentos para encaminhamento e controle de solicitações:**

- a) Para a solicitação dos bens a serem fornecidos pela CONTRATADA será utilizado o documento "Ordem de Fornecimento de Bens", com indicação das quantidades e locais de entrega, conforme modelo que segue Anexo a este Instrumento.

b) A CONTRATANTE emitirá tais ordens conforme as demandas de implantações nas unidades.

c) Em cada ordem estará especificado o endereço de entrega/prestação do serviço, conforme dispostos no subitem 2.3.2 deste Termo.

## PARA O GRUPO 2

6.1.6. O serviço será prestado de forma continuada nos locais e horários especificados no presente Termo.

6.1.7. A execução dos serviços será iniciada em data a ser definida na Ordem de Execução de Serviços, encaminhado pela fiscalização do contrato, podendo ser convocada reunião de alinhamento de expectativas (realizado pelo gestor do contrato, para início da execução contratual).

6.1.8. A execução dos serviços deverá ser efetuada nas unidades da ANM, de acordo com a necessidade de cada local.

6.1.9. Os serviços contratados serão avaliados através dos indicadores e as devidas providências deverão ser tomadas diante do não cumprimento dos compromissos assumidos.

6.1.10. Os fiscais, bem como seus substitutos, exercerão suas atividades de acordo com as determinações legais, principalmente aquelas estabelecidas pela Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa SGD/ME nº. 01/2019, e demais correlatas.

6.1.11. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.12. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.1.13. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.1.14. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.15. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.1.16. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.17. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.18. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.1.19. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará Acordo de Níveis de Serviço (ANS), previsto neste Termo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

6.1.19.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.19.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

a) A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

6.1.20. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.1.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.1.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.1.23. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.1.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.1.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.1.26. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 2019, no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.1.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica

corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 6.2. Mecanismos formais de comunicação

6.2.1. A CONTRATADA deverá informar os meios de comunicação (e-mail, número de telefone 0800, serviço de abertura de chamado via web, ou outro indicado pela licitante, desde que aceito pela ANM) para abertura de chamados de garantia e/ou suporte técnico.

6.2.2. A comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente através da troca de e-mails. Porém é responsabilizada da CONTRATADA informar o contato telefônico do preposto.

## 6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.3.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na prestação dos serviços, serão repassados tão logo se inicie a vigência do contrato, conforme minuta Anexo ao Edital.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Ao início do contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem realizar as atividades, conforme Art. 31 da IN nº 1 de 4 de abril de 2019, SGD/ME:

7.1.1. A realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, podendo ser realizada em plataforma virtual, cuja pauta observará, pelo menos:

7.1.1.1. presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma;

7.1.1.2. entrega, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V; e

7.1.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.1.2. O repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução do objeto; e

7.1.3. disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber.

## 7.2. Critérios de Aceitação

7.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



7.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trintas) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.2.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura referente a prestação dos serviços continuados deve ser precedida do recebimento definitivo dos mesmos, nos termos abaixo:

7.2.5.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.2.5.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

a) A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

I - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

II - A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de

serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

III - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo, treinamento e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.5.3. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

a) quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

b) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

I - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.2.5.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Acordo de Níveis de Serviço (ANS).

7.2.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos

no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

### 7.3. Níveis Mínimos de Serviço exigidos

7.3.1. São indicadores mensuráveis estabelecidos pelo órgão contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação.

7.3.2. Os serviços a serem prestados terão sua efetividade e qualidade avaliadas por meio do Acordo de Nível de Serviço estabelecido na tabela a seguir.

NÍVEL DE PRIORIDADE	DESCRIÇÃO DA PRIORIDADE		PRAZOS DE ATENDIMENTO
Nível 1 (emergencial)	Esse nível de incidente é aplicado quando há a indisponibilidade no uso da solução de telefonia	Deve-se considerar paralisação de 90% a 100% do quantitativo de ramais e/ou troncos.	O atendimento deve-se iniciar em até 01 (uma) hora útil, com resolução definitiva em até 04 (quatro) horas úteis.
Nível 2 (urgente)	Esse nível de incidente é aplicado quando há falha, simultânea ou não, no uso dos equipamentos e/ou programas, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas	Deve-se considerar perda parcial de 30% a 89% do quantitativo de ramais e/ou troncos.	O atendimento deve-se iniciar em até 04 (quatro) horas úteis, com prazo de resolução definitiva em até 01 (um) dia útil
Nível 3 (normal)	Esse nível de incidente é aplicado para problemas que não afetem o desempenho e disponibilidade da solução, bem como para a instalação, configuração, manutenções preventivas, atualizações de programas, esclarecimentos técnicos relativos ao uso e aprimoramento. Não haverá abertura de chamados de suporte técnico com esta severidade em sábados, domingos e feriados	Deve-se considerar problemas isolados abaixo de 29% do quantitativo de ramais e troncos	O atendimento deve-se iniciar em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, com prazo de resolução definitiva em até 03 (três) dias úteis

7.3.3. Na hipótese da solução exigir a substituição de equipamentos, acessórios e/ou licenças de programas, estes deverão ser prontamente fornecidos pela Licitante Contratada, sem custos adicionais, mesmo que em regime temporário, visando não haver prejuízo ao atendimento dos prazos estabelecidos.

7.3.4. Os componentes que eventualmente venham a ser substituídos serão de propriedade da Licitante Contratada.

7.3.5. Após cada atendimento técnico a Licitante Contratada deverá emitir, no ato, relatório técnico com os seguintes dados: número do chamado, eventuais pendências,

nome e assinatura do técnico, data e hora de início e término, descrição do equipamento, descrição do problema e da solução e entregar cópia a um servidor da contratante.

7.3.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.7. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

7.3.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no Edital e seus anexos.

#### 7.4. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.4.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.4.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.4.1.5. cometer fraude fiscal.

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 7.4.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 7.4.2.2. Multa de:
  - a) 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - b) 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso injustificado, por

período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,10% a 0,25% por hora ou fração excedida no cumprimento dos prazos de atendimento de chamados, sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhado adiante;

I - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.4.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem [7.4.1](#) deste Termo de Referência.

7.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.4.3. As sanções previstas nos subitens [7.4.2.1](#), [7.4.2.3](#), [7.4.2.4](#) e [7.4.2.5](#) poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.4. Para efeito da aplicação de multas referentes a prestação dos serviços continuados, ficam assim estabelecidas as correspondências relativas aos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS:

7.4.4.1. Descumprir um atendimento de prioridade ALTA (emergencial): 0,25% (zero vírgula, vinte e cinco por cento) sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, para cada hora útil ou fração de indisponibilidade excedida;

7.4.4.2. Descumprir um atendimento de prioridade MÉDIA (urgente): 0,15% (zero virgula quinze por cento) sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, para cada hora útil ou fração de indisponibilidade excedida;

7.4.4.3. Descumprir um atendimento de prioridade BAIXA (normal): 0,10% (zero virgula dez por cento) sobre o valor do faturamento do mês da ocorrência, para cada hora útil ou fração de indisponibilidade excedida.

7.4.4.4. A partir da décima segunda hora útil excedida, configurar, nessa hipótese, inexecução parcial da obrigação assumida, já a partir da vigésima quarta hora útil, inexecução total da obrigação assumida.

I - As multas aplicadas em decorrência da indisponibilidade do serviço não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do faturamento mensal. Neste caso, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, respeitando-se os demais dispositivos e obrigações contratuais aplicáveis ao direito público.

7.4.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.4.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 8 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993

7.5.2. No caso dos bens, considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

7.5.3. No caso dos serviços continuados, a emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.5.5.1. o prazo de validade;
- 7.5.5.2. a data da emissão;
- 7.5.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.5.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 7.5.5.5. o valor a pagar; e
- 7.5.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.5.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, no caso dos serviços continuados, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.7.1. não produziu os resultados acordados;

7.5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que



faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = (6 / 100)$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de suas propostas.

8.2. Em conformidade com o Art. 2º da IN SLTI/MP nº 05 de 2014, realizou-se pesquisa oficial de preços, onde foram encontrados os valores constantes do Mapa de Preços (SEI nº 1979784), os quais estão apresentados na tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$)	Subtotal Máximo Aceitável (R\$)
1	1	Software de Gerenciamento da Central Telefônica OmniPCX Enterprise	2	91.550,00	183.100,00
	2	Bastidor Remoto	10	56.030,00	560.300,00
	3	Licença de ramal IP	850	346,09	294.176,50
	4	Terminal Telefônico IP – Tipo I	765	1.363,60	1.043.154,00
	5	Terminal Telefônico IP – Tipo II	85	1.464,15	124.452,75
	6	Fonte de alimentação externa para terminal telefônico IP	850	205,34	174.539,00
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL - GRUPO 1					<b>R\$ 2.379.722,25</b>

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$)	Subtotal Máximo Aceitável (R\$)
2	7	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e equipamentos, atualização de software (firmware) com pacote SPS - Solution Premier Service em central telefônica Alcatel-Lucent, modelo OmniPCX Enterprise	12	10.727,00	128.724,00
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL - GRUPO 2					<b>R\$ 128.724,00</b>

8.3. Estima-se, portanto, que a VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO para a presente contratação em **R\$ 2.508.446,25** (dois milhões, quinhentos e oito mil quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. A(s) fonte(s) de recurso(s) para a presente contratação segue(m) discriminada(s) abaixo:
- a) Gestão/Unidade: 32396 / 323102 - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM
  - b) Ação: 22.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade
  - c) Programas de Trabalho: 173492 e 185584
  - d) Fontes: 0341032184, 0141032184, 0100000000 e 0144000000
  - e) Naturezas de Despesa: 4490.40.05 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO; 4490.52.06 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO; 4490.52.30 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS; 3390.40.07 - MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

### Para o GRUPO 1

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### Para o GRUPO 2

10.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ou outro que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de instalação dos equipamentos e de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 17h00min.

12.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação ou dele decorrentes, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

12.5. A não realização da vistoria, de caráter facultativo por parte da licitante, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.7. Os modelos de Declaração de Conhecimento e do Termo de Vistoria, seguem anexos ao presente Instrumento.

## **13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **13.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

13.1.1. O contrato para execução dos serviços continuados adotará como regime da execução a empreitada por preço unitário.

13.1.2. De acordo com Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço global.

13.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa de que o objeto da contratação possui padrões de desempenho e qualidade claramente definidos neste Termo de Referência, havendo diversas empresas no mercado capazes de atender a demanda da ANM. Caracterizando-se, assim, como “bens e serviços comuns” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

13.1.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### **13.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

13.2.1. Para o exercício do direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicar-se-ão, no curso desta licitação, as determinações contidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, cujas empresas deverão comprovar sua condição quando da apresentação dos

documentos relativos à habilitação, resguardando-se à ANM a faculdade de realizar as diligências que julgar necessárias.

13.2.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 3.555, de 9 de agosto de 2000, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 2019, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, no que couber, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

### 13.3. Critérios de Habilitação e Qualificação

13.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

13.3.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

13.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela empresa licitante serão:

13.3.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e/ou para a prestação dos serviços, conforme o caso, em características, quantidades e prazos compatíveis com o grupo pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### Para o GRUPO 1

13.3.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento mínimo de 20% (vinte por cento) do item 2 - Bastidor Remoto;

b) fornecimento mínimo de 20% (vinte por cento) do item 3 - Licença Ramal IP;

c) fornecimento mínimo de 20% (vinte por cento) do item 4 - Terminal Telefônico IP – Tipo I;

I - os itens referenciados acima são aqueles de maior relevância e valor significativo do Grupo 1.

#### Para o GRUPO 2

13.3.3.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) serviços técnicos de suporte e manutenção, reposição de peças do sistema de telefonia IP, com atualização de firmware, da marca Alcatel, modelo Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise;

b) somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 1

(um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

13.3.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos bens ou serviços, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

13.3.3.5. Os atestados deverão referir-se a fornecimento de bens e a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

13.3.3.6. Quanto a qualificação técnico-operacional, as empresas deverão apresentar, ainda:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável ou Declaração de conhecimento conforme modelos anexos ao Edital;

b) Declaração de que por ocasião da futura contratação disporá de pessoal devidamente qualificado a ser empregado na instalação e ativação dos equipamentos, treinamento e/ou prestação dos serviços, além de equipamentos e insumos adequados e considerados essenciais e suficientes para a execução contratual, e que acompanhará através de profissional legalmente habilitado, na qualidade de responsável técnico, o desenvolvimento dos trabalhos, com capacidade operacional para coordenar os serviços, receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, tudo conforme as condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência, e que no ato da assinatura do contrato apresentará:

I - Contrato de suporte técnico obrigatório, pelo fabricante (Service Professional Support), que garanta a resolução de problemas que extrapolem o nível do postulante vencedor;

II - Certificado técnico profissional no nível Alcatel Certified Field Expert (ACFE), expedido pelo fabricante do equipamento, em nome do profissional técnico que irá executar os procedimentos decorrentes da execução contratual;

III - Certificado técnico profissional no nível Alcatel Certified System Engineer (ACSE), expedido pelo fabricante do equipamento, em nome do profissional técnico que irá executar os procedimentos decorrentes da execução contratual;

IV - Declaração de disponibilidade da central de atendimento, no qual consta a

autorização e registros necessários, em nome da empresa contratada, para abertura e fechamento de chamados técnicos junto a fabricante dos equipamentos;

V - Vínculo vigente com o fabricante, e sempre que solicitado, em até 5 (cinco) dias após a solicitação, que comprove a aptidão exigida para executar o objeto, com contrato ou certificado de suporte técnico com do fabricante da solução especificada no Termo de Referência, englobando todos os equipamentos e softwares que compõem o escopo do objeto da contratação, demonstrado, de forma inequívoca, vínculo vigente com o fabricante para acesso aos recursos técnicos necessários a prestação de serviço de suporte durante o Contrato, incluindo atualizações quando houver.

VI - Demonstração de vínculo profissional entre a empresa contratada e os profissionais indicados para execução contratual (contrato de prestação de serviços, registro em carteira de trabalho, certidão de registro de responsável técnico, vínculo por intermédio do contrato social, etc.).

13.3.3.7. No caso de não comprovação das qualificações acima indicadas, ou da não apresentação dos documentos que lhe dão suporte quando da celebração do contrato, ou a qualquer momento da execução, quando solicitado pela fiscalização do contrato, poderá caracterizar inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sujeitando a licitante contratada as sanções previstas no Edital e seus Anexos.

13.3.3.8. A exigência da licitante ser credenciada junto ao fabricante Alcatel-Lucent deve-se ao fato da Agência Nacional de Mineração já possuir implantada em sua Unidade Sede a solução de telefonia Alcatel-Lucent OmniPCX Enterprise, adquirida no ano de 2019.

13.3.3.9. Conforme já consta neste Instrumento, trata-se de ampliação da referida solução para as demais Unidades da Agência no país, mantendo a disponibilidade dos serviços já em uso, bem como das licenças e do parque de terminais telefônicos adquiridos em 2019, face a vantajosidade em se optar pela manutenção da compatibilidade e padronização dos mesmos e a preservação dos investimentos já realizados pela Autarquia.

13.3.3.10. Neste sentido, o Acórdão TCU nº 99/2005, frisa que:

*"[...] a descrição minuciosa ou a indicação de marca podem conduzir a uma inaceitável restrição à competitividade do certame. Entretanto, a indicação de marca pode ser aceita em casos de padronização, desde que devidamente justificada a opção realizada."* Grifou-se

13.3.3.11. Pacificando o entendimento, assim dispõe o Acórdão TCU nº 636/2006:

*“a indicação de marca na licitação deve ser precedida de apresentação de justificativas técnicas que demonstrem, de forma clara e inafastável, que a alternava adotada é a mais vantajosa e a única que atende às necessidades da licitação.”*

#### 13.3.4. Proposta de Preços

13.3.4.1. A licitante deverá apresentar sua proposta com a indicação detalhada dos equipamentos ofertados citando a marca, modelo, tipo e fabricante;

13.3.4.2. A licitante deverá entregar, juntamente com a proposta, catálogos, folders, Datasheets dos equipamentos ofertados (onde conste o atendimento às especificações técnicas), assim como a indicação do endereço no sítio oficial do fabricante, de modo que possam ser evidenciadas as especificações técnicas exigidas no edital e informadas na proposta de preços.

13.3.4.3. Caso os catálogos/datasheets possuam tamanho que impossibilite a inclusão no Comprasnet ou o envio por mensagem de correio eletrônico ao pregoeiro, poderá ser aceita apenas a informação do link do sítio oficial do fabricante, desde que a licitante informe o endereço que direcione exatamente para os documentos solicitados, ou informe claramente onde encontrá-los.

13.3.4.4. Apresentar tabela de comprovação técnica, conforme modelo abaixo, como parte relevante em sua proposta comercial. A exigência se justifica para facilitar o trabalho de análise da proposta por parte da equipe técnica de apoio da ANM.

13.3.4.5. A Licitante deverá apresentar tabela preenchida, composta de todos os itens contidos no edital, incluindo apresentação de documentação com indicação da página, onde deve se encontrar grifadas as comprovações de cada uma das funcionalidades e características exigidas;

13.3.4.6. A Tabela de Comprovação Técnica deve conter, ainda, nome do documento comprobatório emitido pelo Fabricante;

N.º do Grupo/Item	Descrição da característica/ funcionalidade Exigida	Documento do Fabricante (nome)	Página (s)
1.	---	---	---

13.3.4.7. Serão considerados documentos oficiais para comprovação técnica: catálogos, folders, datasheets, prospectos ou manuais;

13.3.4.8. Todos os documentos devem estar completos e legíveis;

13.3.4.9. Apresentar catálogo(s), folheto(s) ou manual(is) preferencialmente em português, com especificações técnicas detalhadas dos equipamentos ofertados, para comprovação de características técnicas obrigatórias;

13.3.4.10. Havendo divergência entre as características técnicas descritas na proposta da empresa e as disponibilizadas pelo fabricante (como informes técnicos, manual técnico, que acompanha o material, folders ou prospectos técnicos), prevalecerão os informes do fabricante, salvo os casos específicos em que o licitante esclareça os motivos da divergência e que sejam aceitos pela ANM;

13.3.4.11. Os documentos técnicos fornecidos que não apresentarem numeração de página deverão ser numerados manualmente de forma visível pela Licitante, no canto inferior direito;

13.3.4.12. Além da indicação da página da documentação fornecida onde se encontra a comprovação de cada funcionalidade ou característica técnica exigida para cada item, a correspondente comprovação deverá ser necessariamente grifada. Informar o site do fabricante do equipamento na Internet, onde se possam efetuar consultas;

13.3.4.13. A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais, conforme modelo sugestivo de proposta anexo a este Termo de Referência.

13.3.4.14. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como instalação, ativação, materiais, serviços, mão-de-obra, salários dos profissionais, benefícios trabalhistas (auxílio transporte, auxílio alimentação, plano de saúde, etc.), impostos, encargos sociais, e demais custos que venham influenciar no valor do objeto a ser fornecido.

#### 14. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação para este processo foi instituída pela Ordem de Serviço nº 164, de 16 de março de 2020 (1138718).

14.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
<b>Marcio Leal Gomes da Silva</b> SIAPE: 1808773	<b>Luis Carlos Albernás Carneiro</b> SIAPE: 1711237	<b>Álvaro Barbosa de Santana</b> SIAPE: 1586114

Autoridade Máxima da Área de TIC
<b>Gerente de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação (GTGS)</b>
<b>Antônio Sérgio Haddad Alves</b> SIAPE: 3192562

#### 14.3. Aprovação do Termo de Referência pela Autoridade Competente (Ordenador de Despesas)

14.3.1. Será formalizado em ato específico para este fim pela própria autoridade.



**15. ANEXOS**

- 15.1. Especificações detalhadas dos itens objeto da contratação.
- 15.2. Modelo de Declaração de Conhecimento.
- 15.3. Modelo de Termo de Vistoria.
- 15.4. Modelo sugestivo de proposta de preços.
- 15.5. Modelo de Ordem de Fornecimento de Bens.
- 15.6. Modelo de Ordem de Execução de Serviços.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Albernás Carneiro, Empregado Público (Decreto nº 6.657/2008)**, em 02/12/2020, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Leal Gomes da Silva, Chefe de Divisão**, em 02/12/2020, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Sérgio Haddad Alves, Gerente de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação**, em 02/12/2020, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Barbosa de Santana, Chefe de Divisão de Gestão Nacional de Licitações**, em 02/12/2020, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **1989199** e o código CRC **5E19CF95**.